

PROFESSORES PROTESTAM CONTRA VOLTA DAS AULAS PRESENCIAIS

Nesta semana ocorreu em todo o estado de São Paulo o retorno às aulas presenciais em diversos níveis de ensino, submetida a protocolos de segurança sanitária. Embora a pandemia ainda não dê sinais efetivos de retração o governo estadual insiste na volta às aulas, colocando em risco a saúde de professores e de estudantes.

A APEOESP e outros sindicatos docentes do Estado de São Paulo decidiram entrar em greve na segunda-feira, 8/2, entendendo que os professores estão na linha de frente dos trabalhadores, representando um risco muito grande à saúde da categoria. Segundo a entidade um dado alarmante é que nos últimos dias foram registrados 227 casos nas escolas paulistas. Escolas de elite de São Paulo como o Santa Cruz, São Luiz, Santa Marcelina e Escola Móvil suspenderam parte de suas aulas presenciais em virtude do surgimento de casos de coronavírus entre os estudantes. As três grandes universidades paulistas USP, Unicamp e Unesp também deverão iniciar o semestre com aulas on-line na maioria dos cursos.

O Sinpro-SP em sua assembleia mostrou a preocupação com a volta às aulas no atual estágio da pandemia e decidiu formar uma comissão paritária e de abrangência estadual

que teria como objetivo negociar uma regulação sobre condições de trabalho e biossegurança, com cumprimento obrigatório pelas escolas.

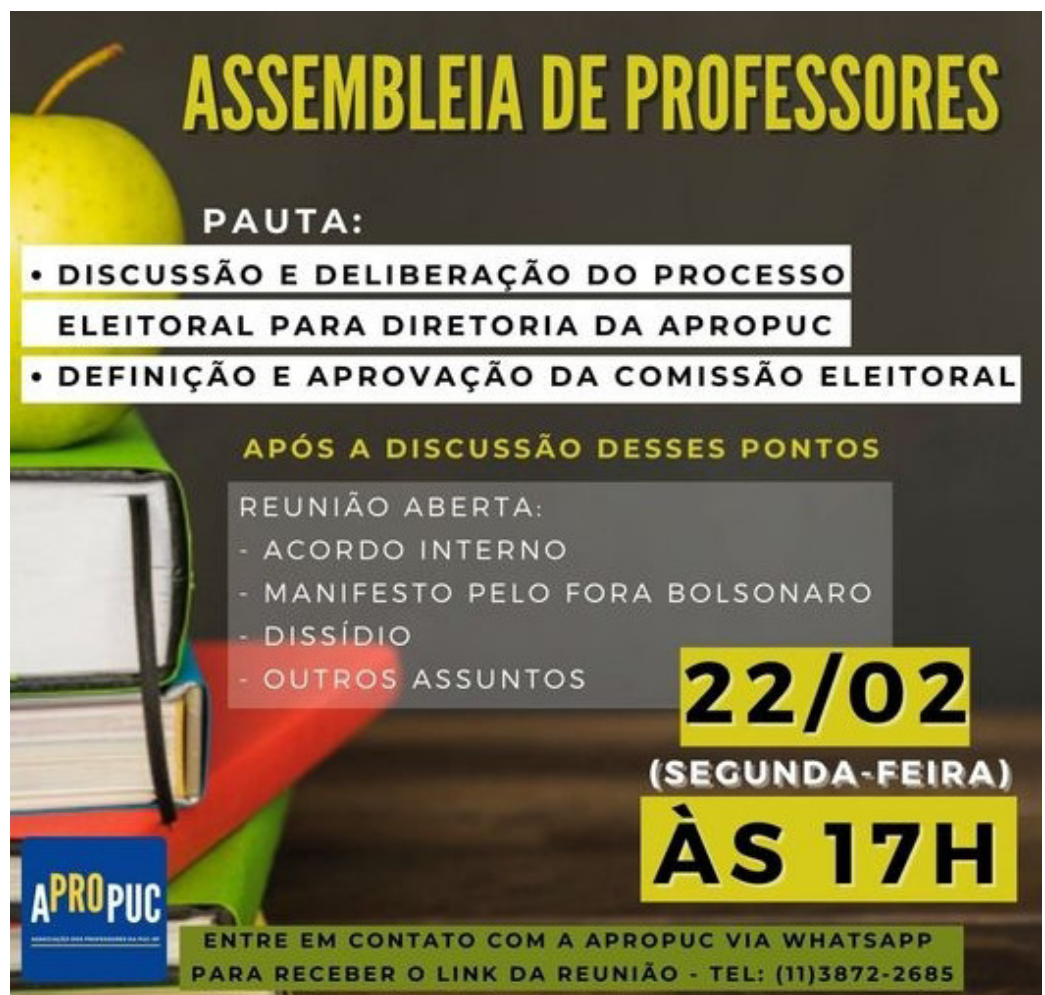
A volta às aulas presenciais é mais uma concessão do governo Dória aos empresários da educação sequiosos de auferir mais lucros em suas atividades e esquecendo da saúde dos trabalhadores.

Na PUC-SP

Em comunicado expedido na terça-feira, dia 9/2, a reitoria da PUC-SP informou que "mantém a suspensão das atividades presenciais até 07/03/2021, em atendimento à definição das autoridades do estado e da cidade de São Paulo que prorroga a quarentena até a referida data". As atividades administrativas sob respon-

sabilidade da Fundasp terão suas operações definidas pela própria mantenedora.

As aulas serão retomadas a partir de 01/3 e outra preocupação que a Reitoria vem enfrentando diz respeito à procura menor pelo vestibular. Ainda estão sendo realizadas chamadas de alunos e um novo vestibular para as vagas remanescentes teve suas inscrições prorrogadas até 18/2.



ASSEMBLEIA DE PROFESSORES

PAUTA:

- DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL PARA DIRETORIA DA APROPUC
- DEFINIÇÃO E APROVAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL

APÓS A DISCUSSÃO DESSES PONTOS

REUNIÃO ABERTA:

- ACORDO INTERNO
- MANIFESTO PELO FORA BOLSONARO
- DISSÍDIO
- OUTROS ASSUNTOS

22/02
(SEGUNDA-FEIRA)
ÀS 17H

APROPUC
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA PUC-SP

ENTRE EM CONTATO COM A APROPUC VIA WHATSAPP
PARA RECEBER O LINK DA REUNIÃO - TEL: (11)3872-2685

Continua o impasse nas negociações salariais

Ao final de 2020 ainda persistia o impasse nas negociações salariais do ensino superior, sobre o dissídio de 2019/2020. Professores e mantenedoras haviam chegado a um acordo para receber os valores referentes a 2019 em forma de três abonos que não seriam incorporados aos salários. Já com referência a 2020 os padrões acenavam com um reajuste de 3% a ser pago somente em 2022 ficando para mais tarde a negociação do excedente aos 3%.

Os professores não concordaram com esta formulação e exigiram que toda a inflação fosse incorporada aos salários dos docentes. Após várias negociações sem nenhum avanço os sindicatos docentes propuseram a intervenção de um mediador externo para solucionar a questão. Até esta semana nenhum avanço aconteceu no encaminhamento desta proposta.

Junto com o adiamento do reajuste ficam pendentes tanto a Convenção do Sinpro-SP como os Acordos Internos de professores e funcionários da PUC-SP que, pelo jeito, irão começar um novo ano letivo sem a maioria de seus direitos trabalhistas e sociais. AFAPUC e APROPUC têm procurado a mantenedora para resolver o impasse, mas até agora não têm obtido resposta.



Myrtes Alonso

Faleceu no dia 9/02 a ex-professora da PUC-SP Myrtes Alonso. Ingressando na PUC-SP em 1971 no curso de Pedagogia, ocupou diversos cargos tanto na esfera acadêmica como na acadêmico-administrativa. Foi diretora do Centro de Educação da PUC-SP e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação

da PUC-SP, em 1993 ocupou o cargo de Assessora da Vice-Diretoria Acadêmica.

Notabilizou-se pela pesquisa em administração e supervisão escolar, tendo vários artigos e livros publicados na área, como O trabalho docente: teoria e prática (org.). São Paulo, Editora Pioneira, 1999.

Padre Júlio Lancelotti quebra pedras de viadutos em defesa dos sem-teto

No início do mês, Padre Júlio Lancelotti quebrou com marreta blocos instalados em baixo de viadutos na Zona Leste da cidade. A colocação das pedras foi feita pela gestão do prefeito Bruno Covas com o objetivo afastar os moradores de rua.

As pedras foram retiradas,

pela própria prefeitura, após uma grande repercussão negativa que alcançou a mídia. "Indignação diante da opressão", disse o Padre em sua conta do Twitter, onde já havia denunciado a obra também. Como um ato simbólico, Júlio foi ao local marretar a estrutura.

Coordenador da Pastoral do Povo da Rua, o Padre Júlio foi conselheiro no Consun e tem anos de luta em defesa dos moradores de rua. Um caminho difícil que contou com insultos do presidente e deputados mas também o reconhecimento de sua luta pelo Papa Francisco.

Consad veta participação de Guilherme Boulos na PUC-SP

O líder do MTST e candidato à prefeitura de São Paulo Guilherme Boulos teve sua participação vetada pelo Conselho de Administração, Consad, para ministrar aulas no mestrado de Governança Global no curso de Relações Internacionais como professor convidado. O Colegiado alegou que a solicitação de contratação de Guilherme como professor visitante, figura prevista no novo estatuto,

estava fora de prazo.

A manifestação do Consad causou estranheza entre professores e alunos do curso. Os alunos lançaram na Internet um abaixo assinado questionando a decisão e "argumentando a possibilidade da flexibilização de prazos, tendo em vista os efeitos desencadeados pela pandemia, e considerando que um professor convidado não é contratado mediante concurso".

PUC faz manifesto "Fora Bolsonaro"

A comunidade Puquina divulgou um manifesto contra o Presidente Bolsonaro. A universidade que tem o caráter democrático e luta pelo bem social, se posiciona contra todas as barbáries feitas pelo atual governo, que se agravaram diante a crise da saúde mundial devido a pandemia da Covid-19. Tais atos foram reconhecidos por grandes instituições e líderes mundiais que apontam a má conduta do presidente da república diante a crise.

Professores, funcionários e alunos da PUC se somam, mais uma vez, criando um manifesto contra a continuidade do governo Bolsonaro. Para apoiar e assinar o manifesto, acesse: <https://forms.gle/1A2MGPV5YjVwLApH9>

APROPUC e AFAPUC continuam em atendimento remoto

Retomamos a partir deste número a circulação on-line do jornal **PUCviva**, que será divulgado, como de costume, toda sexta-feira na internet. Os trabalhos da APROPUC

continuarão no sistema de home-office, devendo as solicitações dos professores serem encaminhadas pelo email apropuc@uol.com.br. Nosso endereço no WhatsApp é (11) 3872-2685.

A AFAPUC também continuará em atendimento remoto pelo e-mail afapuc@gmail.com, com atendimento presencial às segundas-feiras das 9 às 13h.

Fala Comunidade

O retorno de aulas presenciais e a fragilidade da rede pública de ensino

Para além das vacinas, o movimento de greve dos professores da rede municipal de São Paulo busca a valorização de seus quadros profissionais e maiores investimentos em recursos humanos e materiais.

Ceciana F. V. de Melo

Quem assistiu à entrevista do Secretário de Educação de São Paulo, Rosieli Soares, ao Roda Viva do dia 9/02/2021, deve ter se perguntado se de fato conhece a realidade das escolas públicas e sua capacidade de retorno seguro das aulas presenciais. Segundo Soares, as escolas receberam as orientações dos protocolos de segurança sanitária para que pudessem planejar com segurança o retorno presencial de seus educandos. Entretanto, conforme depoimentos de inúmeros gestores e professores da rede pública de ensino, muitas unidades tinham problemas estruturais antes da pandemia e continuam com os mesmos problemas, mas agravados.

Após as eleições municipais percebeu-se as pressões para o retorno das aulas presenciais. Mesmo diante do recrudescimento de casos de Covid 19, com indicações de disseminação de cepas mais resistentes em todo o país, sem termos as vacinas para proteção mínima dos profissionais da educação, foi decretado o retorno presencial de no mínimo 35% do total de crianças de escolas públicas em todo o Estado de São Paulo. Pergunta-se: as escolas pos-

suem estrutura material e humana para um retorno seguro de seus profissionais e crianças?

De acordo com a realidade de uma das escolas de educação infantil, referência da Rede Municipal de São Paulo, a EMEI Dona Leopoldina, com a falta de recursos humanos e materiais suficientes para o cumprimento dos protocolos sanitários é impossível o retorno neste momento. A EMEI, de tempo integral, ocupa área de nove mil metros quadrados, e oito salas de aulas, conta com gestão, corpo docente e conselho escolar atuante, mas se depara com a falta de funcionários e professores para atender as necessidades de cuidados e educação das crianças. Esta é a realidade de muitas escolas da Rede Municipal de Ensino.

Nesse contexto instável, torna-se temerosa a volta às atividades presenciais. A pretexto de atendimento das famílias que mais necessitam, a prefeitura coloca como prioridade (no caso da educação Infantil) o retorno das crianças mais velhas, de irmãos matriculados na mesma unidade e, por fim, as crianças em vulnerabilidade social. Justificam este retorno com estudos científicos sobre a defasagem das crianças fora da

escola. Entretanto, o ponto nevrálgico de todo o país é o da falta de investimentos para superação das desigualdades sociais, e, correlato à falta de investimentos na educação pública.

A escola pública há anos vem sendo sucateada, seus quadros profissionais desvalorizados em condições de trabalho inadequado. O retorno presencial expôs algumas questões: do número de crianças e professores por sala de aula, dos direitos e das prioridades governamentais. Não podemos mais aceitar a velha escola, muito menos um retorno dos educadores e educandos sem a vacina. A luta deverá prosseguir, pois, em breve, caso a vacinação dos professores seja iniciada, ou até antes, receberemos o anúncio de abertura para mais 70% das crianças que estarão em trabalho remoto.

Portanto, os protocolos de Saúde, tão bem elaborados pelo governo, são como os Currículos maravilhosos apresentados para as escolas: lá tudo é pensado por pessoas muito competentes, porém sem as condições humanas e materiais é impossível a efetivação do direito à educação de qualidade. Se entrarmos na página da Secretaria Municipal de Educação, <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/>,

damos de cara com uma imagem de professora feliz com seus educandos nas "motocas", todos sorriem, como se aquela realidade fosse o melhor dos mundos, quando, na verdade, trata-se de um "faz-de-conta".

Os sindicatos que representam os profissionais da educação deveriam estar mais atentos a este fato, principalmente agora, com a pandemia, vamos voltar a trabalhar de forma precarizada, aceitando o sucateamento da Educação Pública? O que está em jogo é muito mais que o mero retorno presencial, muito mais que a vacina, é a necessidade urgente de abertura de novas salas de aula, com professores valorizados, com apoio de parcerias (como a de faculdades de pedagogia), e funcionários comprometidos com a segurança e bem estar de todos na escola. Não será com a precarização do trabalho dos funcionários terceirizados, nem com a falta de investimentos e valorização dos professores, que construiremos um país mais justo.

Ceciana F. V. de Melo é Bacharel em Jornalismo e Licenciada em Pedagogia - PUC-SP; Mestre em Educação pela FE-USP. Professora da EMEI Dona Leopoldina